dências dos bancos comerciais constituir departamentos financeiros como os referidos no artigo 66.º

§ 5.º Um banco comercial, estabelecido em qualquer outra parcela do território nacional, poderá requerer, nos termos do artigo 66.º, autorização para constituir um departamento financeiro numa província ultramarina, desde que não possua dependências na mesma província e haja obtido para tanto autorização no território onde tiver a sua sede nos termos da legislação respectiva, nomeadamente da que regular as operações de pagamentos interterritoriais.

Art. 112.º

§ único. As referidas dependências são obrigadas a aplicar nas províncias ultramarinas onde se acharem localizadas a importância do capital que lhes esteja afectado, bem como as reservas constituídas e os depósitos recebidos nas mesmas províncias, podendo, todavia, ter como saldo credor na sede e sucursais noutra parcela do território nacional importância total não superior a 10 por cento do mesmo capital.

Art. 115.º Nenhuma instituição de crédito estrangeira poderá funcionar numa província ultramarina sem que o seu estabelecimento principal na província disponha de um capital não inferior a metade do capital mínimo exigido pelo artigo 48.º do presente diploma e especialmente afecto às operações a realizar na mesma província.

§ único. As instituições de crédito estrangeiras aplica-se o disposto no artigo 111.º e § 3.º do artigo 17.º deste diploma.

Art. 117.º Os estabelecimentos nas províncias ultramarinas das instituições de crédito estrangeiras são obrigados a ter empregados de nacionalidade portuguesa em número não inferior a 80 por cento do total dos seus empregados classificados profissionalmente dentro do ramo bancário, excluindo-se o pessoal auxiliar — contínuos, serventes e respectivos chefes, quando existam —, que terá de ter, na sua totalidade, a nacionalidade portuguesa.

§ único. Os mesmos estabelecimentos deverão assegurar a todos os elementos do seu pessoal, sem qualquer discriminação, idênticas oportunidades de acesso a lugares superiores ou de chefia.

Art. 2.º Fica o Ministro do Ultramar autorizado a conceder aos departamentos financeiros dos bancos comerciais, constituídos nos termos dos artigos 66.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 45 296, isenções de impostos directos pelo prazo máximo de dez anos.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 19 de Março de 1965. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira* — *Manuel Gomes de Araújo* — *Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior* — *João de Matos Antunes Varela* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Joaquim da Luz Cunha* — *Fernando Quintanilha Mendonça Dias* — *Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *António Augusto Peixoto Correia* — *Inocência Galvão Teles* — *Luis Maria Teixeira Pinto* — *Carlos Gomes da Silva Ribeiro* — *José João Gonçalves de Proença* — *Francisco Pereira Neto de Carvalho*.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas, com excepção da de Macau. — *Peixoto Correia*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO E MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Decreto n.º 46 244

Considerando a redacção dada ao artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 39 749, de 9 de Agosto de 1954, pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 45 280, de 30 de Setembro de 1963;

Reconhecendo-se a conveniência de modificar a composição das comissões de coordenação de defesa civil criadas pelo artigo 9.º do Decreto n.º 43 571, de 29 de Março de 1961;

Ouvido o Conselho Ultramarino;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Os §§ 1.º e 2.º do artigo 9.º do Decreto n.º 43 571, de 29 de Março de 1961, passam a ter a seguinte redacção:

- § 1.º
- 6) Subdirector da Polícia Internacional e de Defesa do Estado;
- § 2.º
- 5) Inspector da Polícia Internacional e de Defesa do Estado;

Art. 2.º Os oficiais delegados das forças armadas ou os representantes de quaisquer outros serviços, que devam fazer parte da comissão de coordenação da defesa civil, deverão ter patente ou categoria equivalente à dos restantes componentes da comissão.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 19 de Março de 1965. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *António Augusto Peixoto Correia*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas. — *Peixoto Correia*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral da Fazenda Pública

Decreto-Lei n.º 46 245

Considerando que a Federação de Caixas de Previdência — Obras Sociais representou ao Governo no sentido lhe ser cedida uma parcela de terreno, sita na freguesia e concelho da Marinha Grande, para instalação de uma obra assistencial;

Considerando que a parcela pretendida se destina a um empreendimento de elevado interesse público;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção-Geral da Fazenda Pública a ceder, a título definitivo, à Federação de Caixas de Previdência — Obras Sociais, uma parcela de terreno com a área de 32 400 m², sita na freguesia e concelho da Marinha Grande e demarcada na planta anexa a este di-